

	APENSADOS
-	
_	
-	
-	

	+
8	0
	6
	~
	8

)	
)	
J	
1	
_	

2	2
Y	7
	ž
	回
	DE
	T0
	OJE
	PR

AUTOR:	N° DE ORIGEM:
(DO SR. RICARDO BARROS)	

EMENTA: Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos.

DESPACHO: 12/11/97 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 1º / 12 / 97

REGIME DE T	RAMITAÇÃO
ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	1 1
	1 1
	1 1
	1 1
	1 1
	1 1

F	PRAZO DE EMENDAS	3
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1

PROJETO DE LEI № 3.838, DE 1997 (DO SR. RICARDO BARROS)



Altera os arts. 56 e 58 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)



Em 12/11/97



PROJETO DE LEI N3 DE 1997

(Do Sr. Ricardo Barros)

ORDINÁRIA

Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973Lei de Registros Públicos).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 56 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 O interessado, ao completar dezoito anos, poderá, pessoalmente, assistido pelo pai, mãe, tutor, ou por procurador bastante, alterar o nome e, nos casos do parágrafo único do art. 55, o prenome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa".

Art. 2º O art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se seu parágrafo únic:

"Art. 58 O prenome será imutável, salvo nos casos do parágrafo único do art. 55".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.







JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único do art. 55 da Lei de Registros Públicos proíbe o registro de prenomes que possam expor seus portadores ao ridículo.

No entanto, na prática, continuam a aparecer prenomes como "Rodo Metálico", "Coração de Jesus" e "Fotocópia Autenticada".

É certo que a própria Lei de Registros Públicos permite a mudança do prenome nesses casos.

Mas a burocracia, para que essa mudança aconteça, é muito grande e demorada, inacessível às camadas menos favorecidas economicamente e que são as grandes vítimas desses prenomes, em virtude da baixa escolaridade de seus pais.

No sentido de agilizar a mudança do prenome, quando este expõe seus portadores ao ridículo, estamos apresentando o presente projeto de lei e contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em/Qde 1 de 1997

Deputado RICARDO BARRO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI



LEI DE REGISTROS PÚBLICOS

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

DISPÕE SOBRE OS REGISTROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
TÍTULO II
Do Registro Civil das Pessoas Naturais
CAPÍTULO IV Do Nascimento
Art. 56 - O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.
Art. 58 - O prenome será imutável. Parágrafo único. Quando, entretanto, for evidente o erro gráfico do prenome, admite-se a retificação, bem como a sua mudança mediante sentença do juiz, a requerimento do interessado, no caso do parágrafo único do Art. 55, se o oficial não o houver impugnado.

P.L.-3838/97

Autor: RICARDO BARROS (PPB/PR)

Apresentação: 12/11/97

Públicos).

Despacho: À Comissão: Art.24,II

À Comissão: Art.24,II Constituição e Justiça e de Redação

Ementa: Projeto de lei que altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6015, de 1973 (Lei de Registros

Prazo:



Defiro, nos termos do art. 105, parágrafo único, do RICD, o desarquivamento do PL 3838/97. Publique-se.

Em 22/02/99

PRESIDENTE

REQUERIMENTO

(do Sr. Ricardo Barros)

Requerer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3838, de 1997.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 105, § Único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento do Projeto de Lei nº. 3838, de 1997.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1999.

DEPUTADO RICARDO BARROS

				Da	ME	A	1		
SE	SEL	*RIA	a saids	D.S	-	-			
Marie Contract	-	merchan					1		
eceb	ido	4- 10	77	2008	45	0/	60	a	199
aceb Orgō	Do	pip	P. Bo	AHD.	25		99		199
aceb Orgo Oata	Do	pi 19	P. Bo	Hor	5 5 cm 3	61(199 14	900	 19 9 1/99

86/81 a 434

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.838/97

Nos termos do art. 119, caput, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1°, I, da Resolução n° 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas a partir de 15/12/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 10 de março de 1998

SUELY SANTOS E SILVA MARTINS Secretária Substituta



TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.838/97

Nos termos do art. 119, caput, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1°, I, da Resolução n° 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas a partir de 19/04/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto de lei.

Sala da Comissão, em 26 de abril de 1999

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA Secretário

Eliqu Dampin

PROJETO DE LEI Nº 3838, DE 1997

Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos.

Autor: Deputado RICARDO BARROS Relator: Deputado BISPO RODRIGUES

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe busca alterar artigos da Lei nº 6015 atinentes à mudança de nome ou de prenome. Os artigos em questão acham-se no capítulo referente ao nascimento, no título referente ao registro civil de pessoas naturais.

Pela redação hoje vigente, dispõe o art. 56 que "o interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa". Por sua vez, o atual art. 58 determina que "o prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios". E pelo parágrafo único, "não se admite a adoção de apelidos proibidos em lei" (redação do art. 58 dada pela Lei nº 9708/98).

O projeto, dando nova redação ao art. 56, pretende que o interessado, ao completar dezoito anos (não se exigindo mais, portanto, a maioridade civil que vem aos vinte e um anos), poderá, devidamente assistido (arts. 6º, 7º, 84, 384, V e 426, I, do Código Civil), alterar o nome e, também, o prenome, nos casos do parágrafo único do art. 55 (prenomes suscetíveis de





expor ao ridículo os seus portadores), desde que não prejudique os apelidos de família. Completando a alteração adrede proposta, disporia o art. 58 que o prenome seria imutável, salvo nos casos do parágrafo único do art. 55.

De acordo com a inclusa justificação, o projeto de lei visa agilizar a mudança do prenome, quando este expõe seus portadores ao ridículo, uma vez que, hoje, a burocracia para que essa mudança aconteça é muito grande e demorada, e inacessível às camadas menos favorecidas.

Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto de lei, tratando-se de apreciação conclusiva desta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Assiste razão ao ilustre Autor da proposição ora sob comento quando afirma que, inobstante as proibições do art. 55 (parágrafo único) da Lei de Registros Públicos, muitas pessoas possuem prenomes que as expõem ao ridículo, o que lhes é, evidentemente, muito prejudicial durante o cotidiano.

A alteração proposta ao art. 56 procede, pois realmente simplifica a possibilidade de alteração do prenome e, tanto para este quanto para o nome, diminui a idade na qual o interessado pode requerê-la, observada a necessidade de assistência, de acordo com a lei civil. Aos dezoito anos, cremos, o interessado já tem o discernimento esperado para tomar tal decisão.

O art. 58, por sua vez, estará em consonância com os arts. 55, parágrafo único, e 56, motivo pelo qual a sua alteração é bem-vinda; mesmo porque, a sua atual redação, que lhe foi dada pela recente Lei nº 9708/98, não é adequada, ao prever que o prenome pode ser substituído por "apelidos públicos notórios", desde que não sejam "proibidos em lei".

Ora, quando o interessado possui um apelido público e notório, pode este ser incluído em seu nome, sem alteração do prenome (ex: Luís Inácio "Lula" da Silva), o que é mais indicado e causa menos confusões.





A cláusula de vigência, nesta hipótese, pode ser mantida como se acha, porquanto não se trata de lei nova que terá grande repercussão. Todavia, trata-se do art. 3°, e não do art. 2°.

Quanto à cláusula de revogação, que passa então a art. 4°, não deve ser genérica, a teor da Lei Complementar nº 95/98, o que corrigimos, por via de emendas.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto de lei nº 3838, de 1997, com as emendas oferecidas em anexo a este parecer.

Sala da Comissão, em 🚺 de yenho de 1999

Deputado BISPO RODRÍGUES Relator



Emenda do Relator nº 01 ao PL nº 3838/97

Dê-se ao caput do art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 56 da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Sala da Comissão, em 01/06/99.

Deputado BISPO RODRIGUES



Emenda do Relator nº 02, ao PL nº 3838/97

Dê-se ao caput do art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º O caput do art. 58 da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Sala da Comissão, 01/06/99.

Deputado BISPO RODRIGUES Relator

Emenda do Relator nº 03, ao PL nº 3838/97

A cláusula de vigência do projeto passa a ser o art. 3°, passando a cláusula de revogação a art. 4°.

Sala da Comissão, em 01/06/99.

Deputado BISPO RODRIGUES Relator



Emenda do Relator nº 04 ao PL nº 3838/97

Dê-se ao art. 4º do projeto a seguinte redação:

"Art. 4º Revoga-se o parágrafo único do art. 58, da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973."

Sala da Comissão, 01/06/99

Deputado BISPO RODRIGUES Relator

90389207-020.doc



PROJETO DE LEI Nº 3.838, DE 1997

Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos

Autor: Deputado RICARDO BARROS Relator: Deputado BISPO RODRIGUES

PARECER REFORMULADO

Em atendimento a sugestões apresentadas por ilustres Membros desta Comissão, altero a idade prevista na nova redação do art. 56 da Lei nº 6.015/73 para dezesseis anos, substituindo, também, a expressão, "pessoalmente, assistido" por "representado".

Em face dessas alterações e daquelas que propus através de emenda, apresento Substitutivo englobando todas as alterações propostas e aprovadas pela Comissão.

Voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.838/97 e, no mérito, pela sua aprovação na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 06 de vento de 2000.

Deputado BISPO RODRIGUES

Relator

00693409-999



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.838, DE 1997

Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art 56 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56. O interessado, ao completar dezesseis anos, poderá, representado pelo pai, mãe, tutor, ou por procurador bastante, alterar o nome e, nos casos do parágrafo único do art. 55, o prenome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando—se a alteração que será publicada pela imprensa". (NR)

Art. 2º O caput do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58. O prenome será imutável, salvo nos casos do parágrafo único do art. 55". (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o parágrafo único do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Sala da Comissão, em 06 de yundo de 2000

Deputado BISPO RODRIGUES

Relator

00693409-999

PROJETO DE LEI Nº 3.838, DE 1997

III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em hoje, realizada opinou unanimemente ordinária reunião constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 3.838/97, nos termos do parecer reformulado do Relator, Deputado Bispo Rodrigues.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Ronaldo Cezar Coelho - Presidente, Inaldo Leitão, Iédio Rosa e Ary Kara – Vice-Presidentes, André Benassi, Caio Riela, Eduardo Paes, Fernando Gonçalves, Jutahy Júnior, Léo Alcântara, Nelson Marchezan, Vicente Arruda, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Geovan Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Antônio Carlos Konder Reis, Ciro Nogueira, Jaime Martins, Ricardo Fiúza, Geraldo Magela, José Dirceu, José Genoíno, Marcelo Déda, Waldir Pires, João Paulo, Augusto Farias, Fernando Coruja, Sérgio Miranda, Bispo Rodrigues, Ayrton Xerêz, João Leão, Max Rosenmann, Odílio Balbinotti, Gustavo Fruet, Nelo Rodolfo, Mauro Benevides, José Ronaldo, Luís Barbosa, Professor Luizinho, Dr. Benedito Dias e Jair Bolsonaro.

Sala da Comissão, em 06 de junho de 2000

Deputado RONALDO CEZAR COELHO

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3.838, DE 1997

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° O art. 56 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56. O interessado, ao completar dezesseis anos, poderá, representado pelo pai, mãe, tutor, ou por procurador bastante, alterar o nome e, nos casos do parágrafo único do art. 55, o prenome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa". (NR)

Art. 2º O *caput* do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58 O prenome será imutável, salvo nos casos do parágrafo único do art. 55". (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o parágrafo único do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Sala da Comissão, em 06 de junho de 2000

Deputado RONALDO CEZAR COELHO

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3.838-A, DE 1997

(DO SR. RICARDO BARROS)

Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. BISPO RODRIGUES).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

PROPOSIÇÃO COM PODER CONCLUSIVO

PROJETO DE LEI Nº 3.838-A, DE 1997

(DO SR. RICARDO BARROS)

Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. BISPO RODRIGUES).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

SUMÁRIO



- II Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
 - -termo de recebimento de emendas (1998)
 - -termo de recebimento de emendas (1999)
 - -parecer do relator
 - -emendas oferecidas pelo relator (4)
 - -parecer reformulado
 - -substitutivo oferecido pelo relator
 - -parecer da Comissão
 - -substitutivo adotado pela Comissão

*PROJETO DE LEI Nº 3.838-A, DE 1997 (DO SR. RICARDO BARROS)

Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. BISPO RODRIGUES).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

*Projeto inicial publicado no DCD de 18/11/97

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUMÁRIO

- -termo de recebimento de emendas (1998)
- -termo de recebimento de emendas (1999)
- -parecer do relator
- -emendas oferecidas pelo relator (4)
- -parecer reformulado
- -substitutivo oferecido pelo relator
- -parecer da Comissão
- -substitutivo adotado pela Comissão



Em // / 07/2000

Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

OF. N° 424-P/2000 - CCJR

Brasília, em 08 de junho de 2000

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, em 06 de junho do corrente, do Projeto de Lei nº 3.838/97.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Cordialmente,

Deputado RONALDO CEZAR COELHO

Presidente

A Sua Excelência o Senhor Deputado MICHEL TEMER DD. Presidente da Câmara dos Deputados N E S T A

Recebido Ayreia

Orgão CCP 1º2317/00

Data: //.7.00 Hera:

Ass: Ponto: 5735





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI N° 3.838-B, DE 1997

Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° 0 art. 56 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56. O interessado, ao completar dezesseis anos, poderá, representado pelo pai, mãe, tutor, ou por procurador bastante, alterar o nome e, nos casos referidos no parágrafo único do art. 55, o prenome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração, que será publicada pela imprensa. (NR)"

Art. 2° 0 caput do art. 58 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58. O prenome será imutável, salvo nos casos referidos no parágrafo único do art. 55.(NR)

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Comment





Art. 4° Revoga-se o parágrafo único do art. 58 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Sala da Comissão, 18.09-2000

Deputado RONALDO CEZAR COELHO Presidente

Deputado BISPO RODRIGUES Relator

GER 3.17.23.004-2 (JUN/99)



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 3.838-B, DE 1997

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente a Redação Final oferecida pelo Relator, Deputado Bispo Rodrigues, ao Projeto de Lei nº 3.838-C/97.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Ronaldo Cezar Coelho – Presidente, Inaldo Leitão e Iédio Rosa – Vice-Presidentes, André Benassi, Edir Oliveira, Eduardo Paes, Fernando Gonçalves, Jutahy Júnior, Léo Alcântara, Nelson Marchezan, Zulaiê Cobra, Coriolano Sales, Osmar Serraglio, Renato Vianna, Antônio Carlos Konder Reis, Darci Coelho, Ney Lopes, Paulo Magalhães, José Dirceu, José Genoíno, Waldir Pires, Murilo Domingos, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Sérgio Miranda, Ayrton Xerêz, Átila Lira, João Leão, Nelson Marquezelli, Gustavo Fruet, João Henrique, Nelo Rodolfo, Themístocles Sampaio, Professor Luizinho, Wagner Salustiano, Bispo Wanderval, Djalma Paes, Geraldo Magela, Dr. Rosinha e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, em 13 de setembro de 2000

Deputado RONALDO CEZAR COELHO Presidente

Brasília, 25 de outubro de 2000

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei n° 3.838, de 1997, da Câmara dos Deputados, que "Altera os arts. 56 e 58 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Deputado UBIRATAN AGUIAR

Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor Senador RONALDO CUNHA LIMA Primeiro-Secretário do Senado Federal N E S T A Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° 0 art. 56 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56. O interessado, ao completar dezesseis anos, poderá, representado pelo pai, mãe, tutor, ou por procurador bastante, alterar o nome e, nos casos referidos no parágrafo único do art. 55, o prenome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração, que será publicada pela imprensa. (NR)"

Art. 2° 0 caput do art. 58 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58. O prenome será imutável, salvo nos casos referidos no parágrafo único do art. 55.(NR)

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revoga-se o parágrafo único do art. 58 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 25 de outubro de 2000

CDI 3.21.01.040-0 (MAI / 93)

ANDAMENTO

PL. 3.838/97

EM 11/02/99 — DESARQUIVADO Art. 105, § único - Regimento Interno (Resolução 17/89) DCN / , pág. , col. . .

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

13.04.99 Distribuido ao relator, Dep. BISPO RODRIGUES.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

19.04.99 Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

O1.06:00 Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. BISPO RODRIGUES, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Aprovado unanimemente o parecer ora reformulado do relator, Dep. BISPO RODRIGUES, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no merito, pela aprovação, com emendas.

MESA (ARTIGO 24, INCISO II DO RI)

£ lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucio nalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

(PL 3.338-A/97).

MESA

02.08.00 Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º do RI (05 sessões) de: 02 a 08.08.00.

MESA

10.08.00 Of. SGM-P- 646/00, encaminhando este projeto para elaboração da redação final, nos termos do artigo 58, parágrafo quarto e artigo 24, inciso II do RI.

30



PROJETO DE LEI Nº 3.838-A, DE 1997

(Do Sr. Ricardo Barros)

Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. BISPO RODRIGUES).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

SUMÁRIO

- I Projeto Inicial
- II Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
 - -termo de recebimento de emendas (1998)
 - -termo de recebimento de emendas (1999)
 - -parecer do relator
 - -emendas oferecidas pelo relator (4)
 - -parecer reformulado
 - -substitutivo oferecido pelo relator
 - -parecer da Comissão
 - -substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 56 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 O interessado, ao completar dezoito anos, poderá, pessoalmente, assistido pelo pai, mãe, tutor, ou por procurador bastante, alterar o nome e, nos casos do parágrafo único do art. 55, o prenome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa".

Art. 2º O art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se seu parágrafo únic:

"Art. 58 O prenome será imutável, salvo nos casos do parágrafo único do art. 55".

t.. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único do art. 55 da Lei de Registros Públicos proíbe o registro de prenomes que possam expor seus portadores ao ridículo.

No entanto, na prática, continuam a aparecer prenomes como "Rodo Metálico", "Coração de Jesus" e "Fotocópia Autenticada".

É certo que a própria Lei de Registros Públicos permite a mudança do prenome nesses casos.

Mas a burocracia, para que essa mudança aconteça; é muito grande e demorada, inacessível às camadas menos favorecidas economicamente e que são as grandes vitimas desses prenomes, em virtude da baixa escolaridade de seus pais. No sentido de agilizar a mudança do prenome, quando este expõe seus portadores ao ridículo, estamos apresentando o presente projeto de lei e contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1997

Deputado RICARDO BARROS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

LEI DE REGISTROS PÚBLICOS

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

DISPÕE SOBRE OS REGISTROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO II Do Registro Civil das Pessoas Naturais

CAPÍTULO IV Do Nascimento

Art. 56 - O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante,

alterar	0	nome,	desde	que	não	prejudique	os	apelidos	de	família,
averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.										

Art. 58 - O prenome será imutável.

Parágrafo único. Quando, entretanto, for evidente o erro gráfico do prenome, admite-se a retificação, bem como a sua mudança mediante sentença do juiz, a requerimento do interessado, no caso do parágrafo único do Art. 55, se o oficial não o houver impugnado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

Nos termos do art. 119, caput, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1°, I, da Resolução n° 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas a partir de 15/12/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 10 de março de 1998

SUELY SANTOS E SILVA MARTINS Secretaria Substituta Defiro, nos termos do art. 105, parágrafo único, do PECD, o desarquivamento do PL 3538/97. Publique-se.

Em 22/02/99

REQUERIMENTO

(do Sr. Ricardo Barros)

Requerer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3838, de 1997.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 105, § Único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento do Projeto de Lei nº. 3838, de 1997.

Sala das Sessões, 22 de fe

fevereiro

de 1999.

DEPUTADO RICARDO BARROS

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

Nos termos do art. 119, caput, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresenta-

ção de emendas a partir de 19/04/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto de lei.

Sala da Comissão, em 26 de abril de 1999

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA Secretário

Elique Danfin

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe busca alterar artigos da Lei nº 6015 atinentes à mudança de nome ou de prenome. Os artigos em questão acham-se no capítulo referente ao nascimento, no título referente ao registro civil de pessoas naturais.

Pela redação hoje vigente, dispõe o art. 56 que "o interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa". Por sua vez, o atual art. 58 determina que "o prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios". E pelo parágrafo único, "não se admite a adoção de apelidos proibidos em lei" (redação do art. 58 dada pela Lei nº 9708/98).

O projeto, dando nova redação ao art. 56, pretende que o interessado, ao completar dezoito anos (não se exigindo mais, portanto, a maioridade civil que vem aos vinte e um anos), poderá, devidamente assistido (arts. 6°, 7°, 84, 384, V e 426, I, do Código Civil), alterar o nome e, também, o prenome, nos casos do parágrafo único do art. 55 (prenomes suscetíveis de

expor ao ridículo os seus portadores), desde que não prejudique os apelidos de família. Completando a alteração adrede proposta, disporia o art. 58 que o prenome seria imutável, salvo nos casos do parágrafo único do art. 55.

De acordo com a inclusa justificação, o projeto de lei visa agilizar a mudança do prenome, quando este expõe seus portadores ao ridículo, uma vez que, hoje, a burocracia para que essa mudança aconteça é muito grande e demorada, e inacessível às camadas menos favorecidas.

Esgotado o prázo, não foram recebidas emendas ao projeto de lei, tratando-se de apreciação conclusiva desta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Assiste razão ao ilustre Autor da proposição ora sob comento quando afirma que, inobstante as proibições do art. 55 (parágrafo único) da Lei de Registros Públicos, muitas pessoas possuem prenomes que as expõem ao ridículo, o que lhes é, evidentemente, muito prejudicial durante o cotidiano.

A alteração proposta ao art. 56 procede, pois realmente simplifica a possibilidade de alteração do prenome e, tanto para este quanto para o nome, diminui a idade na qual o interessado pode requerê-la, observada a necessidade de assistência, de acordo com a lei civil. Aos dezoito anos, cremos, o interessado já tem o discernimento esperado para tomar tal decisão.

O art. 58, por sua vez, estará em consonância com os arts. 55, parágrafo único, e 56, motivo pelo qual a sua alteração é bem-vinda; mesmo porque, a sua atual redação, que lhe foi dada pela recente Lei nº 9708/98, não é adequada, ao prever que o prenome pode ser substituído por "apelidos públicos notórios", desde que não sejam "proibidos em lei".

Ora, quando o interessado possui um apelido público e notório, pode este ser incluído em seu nome, sem alteração do prenome (ex: Luís Inácio "Lula" da Silva), o que é mais indicado e causa menos confusões.

A cláusula de vigência, nesta hipótese, pode ser mantida como se acha, porquanto não se trata de lei nova que terá grande repercussão. Todavia, trata-se do art. 3°, e não do art. 2°.

Quanto à cláusula de revogação, que passa então a art. 4°, não deve ser genérica, a teor da Lei Complementar nº 95/98, o que corrigimos, por via de emendas.

Pelo exposto, pela constitucionalidade, votamos juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto de lei nº 3838, de 1997, com as emendas oferecidas em anexo a este parecer.

> Sala da Comissão, em (1) de punho de 1999

> > tado BISPO RODRIGUES

Relator

Emenda do Relator nº 01 ao PL nº 3838/97

Dê-se ao caput do art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 56 da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Sala da Comissão, em 01/06/99

Emenda do Relator nº 02, ao PL nº 3838/97

Dê-se ao caput do art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º O caput do art. 58 da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Sala da Comissão, 01/06/99.

Deputado BISPO RODRIGUES Relator

Emenda do Relator nº 03, ao PL nº 3838/97

A cláusula de vigência do projeto passa a ser o art. 3°, passando a cláusula de revogação a art. 4°.

Sala da Comissão, em 0106 99.

Deputado BISPO RODRIGUES

Dê-se ao art. 4º do projeto a seguinte redação:

"Art. 4º Revoga-se o parágrafo único do art. 58, da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973."

Sala da Comissão,

01106/99

Deputado BISPO RODRIGUES

Relator

PARECER REFORMULADO

Em atendimento a sugestões apresentadas por ilustres Membros desta Comissão, altero a idade prevista na nova redação do art. 56 da Lei nº 6.015/73 para dezesseis anos, substituindo, também, a expressão, "pessoalmente, assistido" por "representado".

Em face dessas alterações e daquelas que propus através de emenda, apresento Substitutivo englobando todas as alterações propostas e aprovadas pela Comissão.

Voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.838/97 e, no mérito, pela sua aprovação na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em Ob de xulho de 2000.

Deputado BISPO RODRIGUES

Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.838, DE 1997

Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art 56 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56. O interessado, ao completar dezesseis anos, poderá, representado pelo pai, mãe, tutor, ou por procurador bastante, alterar o nome e, nos casos do parágrafo único do art. 55, o prenome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando—se a alteração que será publicada pela imprensa". (NR)

Art. 2º O caput do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58. O prenome será imutável, salvo nos casos do parágrafo único do art. 55". (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o parágrafo único do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Sala da Comissão, em 06 de yunho de 2000

Deputado BISPO RODRIGUES

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 3.838/97, nos termos do parecer reformulado do Relator, Deputado Bispo Rodrigues.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Rosa e Ary Kara – Vice-Presidentes, André Benassi, Caio Riela, Eduardo Paes, Fernando Gonçalves, Jutahy Júnior, Léo Alcântara, Nelson Marchezan, Vicente Arruda, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Geovan Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Antônio Carlos Konder Reis, Ciro Nogueira, Jaime Martins, Ricardo Fiúza, Geraldo Magela, José Dirceu, José Genoíno, Marcelo Déda, Waldir Pires, João Paulo, Augusto Farias, Fernando Coruja, Sérgio Miranda, Bispo Rodrigues, Ayrton Xerêz, João Leão, Max Rosenmann, Odílio Balbinotti, Gustavo Fruet, Nelo Rodolfo, Mauro Benevides, José Ronaldo, Luís Barbosa, Professor Luizinho, Dr. Benedito Dias e Jair Bolsonaro.

Sala da Comissão, em 06 de junho de 2000

Deputado RONALDO CEZAR COELHO Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° O art. 56 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

- "Art. 56. O interessado, ao completar dezesseis anos, poderá, representado pelo pai, mãe, tutor, ou por procurador bastante, alterar o nome e, nos casos do parágrafo único do art. 55, o prenome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa". (NR)
- Art. 2º O *caput* do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 58 O prenome será imutável, salvo nos casos do parágrafo único do art. 55". (NR)
 - Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o parágrafo único do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Sala da Comissão, em 06 de junho de 2000

Deputado RONALDO CEZAR COELHO Presidente

Maido



PRESIDÊNCIA/SGM Ofício nº 235/07 Senado Federal Comunica o arquivamento do PL n 3.838/97. Em: 27/03/07

Publique-se. Arquive-se

ARLINDO CHINAGLIA Presidente

2062 (AGO/06) Documento : 3446

Ponto: 6790 Ass: VOT Drigen: 1ª Secret.

Oficio nº 231 (SF)

Brasília, em O7 de fevereiro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Osmar Serraglio Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Comunicação de arquivamento de Projeto de Lei.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2000 (PL nº 3.838, de 1997, nessa Casa), que "Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos", foi arquivado nos termos do disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme instruções contidas no Ato do Presidente do Senado Federal nº 97, de 2002.

Atenciosamente,

Senador Papaléo Paes

no exercício da Primeira Secretaria

PRIMEIRA SECRETARIA Em, 08/02/2007.

De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências

LUIZ CÉSAR LIMA COSTA Chefe de Gabinete

gab/plc00-070

3602